



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

PROVA ESCRITA DISCURSIVA
Cuiabá – Mato Grosso
15 de setembro de 2012
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Deverá ser redigida exclusivamente com caneta de tinta azul ou preta indelével.
03. Confira se o processo de prova contém 20 (vinte) folhas, todas timbradas, pautadas e numeradas. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
04. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. **Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas 19 e 20 do próprio processo de prova.**
05. É vedada consulta a quaisquer anotações ou dicionários, sendo permitido recorrer exclusivamente a textos legais, sem comentários ou notas explicativas. **Nos termos do art. 46 da Resolução 75/CNJ, poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial.**
06. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
07. Não é permitida a utilização de corretivos líquidos e, na hipótese de erro, o candidato poderá utilizar-se de riscos, parênteses, ou valer-se da palavra “digo”. O candidato deverá utilizar de grafia legível.
08. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões integra a avaliação.
09. Ao terminar, o candidato deverá devolver o processo de prova, **não** destacando o cartão de identificação.
10. Não é permitido escrever nada no processo de prova que possa levá-lo a ser identificado (assinatura, rubrica, desenho, figura, etc.). qualquer identificação importará na eliminação do candidato.
11. O candidato, após o início da prova, deverá permanecer no local por, no mínimo, 1 (uma) hora, mas só poderá levar a prova após 3 (três) horas.
12. Após o término da prova, o candidato não poderá retornar ao recinto.

COMISSÃO DE CONCURSO



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- 1 – As relações de trabalho sofreram sensíveis transformações, influenciadas pela reestruturação produtiva do capitalismo, pela redução de custos e descentralização da produção, não havendo, em muitos casos, o controle efetivo e direto do ambiente de trabalho. Nesse contexto, analise a subordinação como elemento fático-jurídico fundamental do vínculo de emprego. (2,0 pontos)
- 2 – “A”, empregado doente, portador de leucemia, ajuizou demanda trabalhista em face da empresa “X”, que tinha conhecimento do estado de saúde de “A”, pleiteando a nulidade da dispensa sem justa causa. Apreie à luz dos princípios gerais do direito e dos princípios fundamentais do direito do trabalho. (2,0 pontos)
- 3 – Discorra sobre (in) existência da cognição no processo de execução trabalhista em face da sentença líquida. (1,0 ponto)
- 4 – Fale sobre a possibilidade de redução da remuneração do professor, considerando o disposto no artigo 7º, VI, da CF/88, nos artigos 320 e 468, ambos da CLT. (1,0 ponto)
- 5 – Disserte sobre o “princípio da compensação da posição debitória complexa das partes” no contrato de trabalho. (1,0 ponto)
- 6 – Sobre os direitos transindividuais, responda: (2,0 pontos)
- a) Espécies e definições;
 - b) Legitimação para defesa em juízo;
 - c) Eficácia e liquidação da sentença;
 - d) Litispendência;
 - e) O transporte *in utilibus* da coisa julgada coletiva.
- 7 – Acerca das hipóteses de condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho comente resumidamente: entendimento jurisprudencial, cumulação de honorários assistenciais e contratuais, reparação de dano material, sucumbência recíproca, sucumbência do empregado e compensação. (1,0 ponto)